

Ao longo de minha infância, nos anos de 1960/70, meu pai às vezes aparecia em casa com grandes caixas no porta-malas do carro e, em seguida, organizava a turma dos filhos menores para ajudá-lo a embrulhar em papel pardo e amarrar com barbante os volumes que elas continham. Ele mesmo endereçava os pacotes, com auxílio de uma velha máquina, na qual se podiam substituir as plaquinhas metálicas com nome e endereço de cada destinatário e ‘carimbá-los’. Esse trabalho nos rendia umas moedas, que gastávamos na padaria da esquina com dropes e picolés.

Embora eu não desse a menor importância para isso naquele momento, tratava-se da Revista Brasileira de Estudos Políticos – que nós chamávamos simples e carinhosamente de ‘a revista’ – um dos primeiros e mais duradouros periódicos brasileiros da área de Humanas, fundado em 1956 por meu pai, Orlando Magalhães Carvalho, junto com outros professores da Universidade Federal de Minas Gerais, e publicado até hoje pela Faculdade de Direito daquela universidade.

Cenas como essa me passaram pela cabeça em outubro de 1998, quando a professora Myriam Krasilchik, então diretora da FEUSP, chamou-me a sua sala para me consultar se aceitava compor, ao lado dos colegas Julio Groppa Aquino e Belmira Oliveira Bueno, a Comissão de Publicações responsável pela Revista da Faculdade de Educação. O convite era irrecusável, não apenas pela importância da tarefa e minha confiança nos colegas com quem iria partilhá-la, mas também porque meu pai falecera dois meses antes e esta me pareceu uma oportunidade ímpar de homenageá-lo, dando continuidade a seu trabalho e seus ensinamentos.

Desde então, foram-se oito anos de lida na equipe de EDUCAÇÃO E PESQUISA, dois dos quais como *editora*, cargo que doravante passa a ser ocupado pela colega Lucia Emilia Nuevo Barreto Bruno.

Em 1998, começamos de forma muito semelhante ao que fazia meu pai: sem um único funcionário, sem arquivos, sem recursos, com a publicação da revista atrasada quase dois anos. Tratamos de alterar-lhe o nome e o projeto gráfico; definimos uma linha editorial, instruções aos colaboradores; montamos um Conselho Editorial. Conseguimos, com apoio da direção da FEUSP, algum espaço para funcionarmos e uma secretária em meio período, Rosangela Borges de Oliveira, que ainda nos acompanha com seu entusiasmo e sua dedicação. Criamos rotinas de funcionamento, avaliação e edição.

Hoje, EDUCAÇÃO E PESQUISA, que sai pontualmente três vezes ao ano, foi classificada como Internacional A no *Qualis* da CAPES na área de Educação. Também está disponível *on-line* na Biblioteca *Scielo* e na *RedAlyC* (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe) e foi incluída em diversos indexadores nacionais e interna-

cionais. A antiga Comissão de Publicações transformou-se em Editoria dedicada exclusivamente à EDUCAÇÃO E PESQUISA, com seis membros, e com regras de funcionamento escritas e legitimadas.

Da ausência total de artigos enviados para avaliação, quando foi retomada a publicação, saltamos para 150 manuscritos recebidos em 2005 e cerca de 90 até junho de 2006. Sem dúvida, esses números são expressão da confiança que nosso periódico desperta nos colegas do Brasil e do exterior, como espaço sério e democrático para divulgação de suas idéias, fruto do trabalho coletivo de todos que já estiveram na Comissão e no Conselho Editorial, além dos incontáveis pareceristas *ad hoc* que subsidiam cada uma das decisões em relação à publicação. EDUCAÇÃO E PESQUISA já demonstrou fartamente que não privilegia grupos ou instituições, linhas de pensamento ou afiliações no campo teórico, pautando sempre a aprovação de textos exclusivamente pela qualidade do material que nos é enviado.

Porém, esse afluxo de artigos é resultado também de um contexto muito diferente daquele no qual trabalhavam meu pai e os demais editores de revistas acadêmicas brasileiras dos anos de 1960 ou 1970. Nenhum daqueles periódicos era avaliado por agências externas ou classificado numa lista como A, B ou C. Nenhum dos autores tinha suas publicações contabilizadas em tabelas de produtividade, em currículos sumarizados por números, escrevendo sob a pressão de sistemas de controle e avaliação do trabalho acadêmico. Não tenho a ingenuidade de supor que a ampliação do número de artigos enviados à EDUCAÇÃO E PESQUISA seja resultado apenas do reconhecimento e da valorização da revista: ela é fruto também da pressão para que mais e mais se publique em revistas que tenham boa avaliação na CAPES, o que sem dúvida pode gerar todo tipo de distorções, numa verdadeira 'corrida aos periódicos A', na qual a natureza do trabalho intelectual – reflexiva, crítica e muitas vezes lenta – pode perder-se em troca da operacionalização e da quantidade. A própria revista também é objeto dessas pressões: ela é permanentemente avaliada pelas agências de fomento, das quais depende financeiramente, pelas bibliotecas que a divulgam *on-line* e pelos indexadores que a tornam visível aos leitores de todo o mundo. Deve apresentar pontualidade, porcentagens de artigos de autores externos à instituição, presença crescente em indexadores etc.

Concluo meu período à frente da Editoria de EDUCAÇÃO E PESQUISA com a maior tranquilidade de que a equipe manterá integralmente sua qualidade e seu compromisso com a divulgação da produção acadêmica do campo educacional. Não estou tão certa, porém, quanto a uma efetiva melhora em suas condições de trabalho como editores, pois, de forma contrastante às exigências de pontualidade e qualidade, as mesmas agências de fomento têm oferecido um apoio financeiro irregular e instável, enquanto a FEUSP enfrenta limitações burocráticas, orçamentárias, de espaço e contratação de funcionários, que restringem uma sustentação mais sólida da revista.

Com isso, seus editores muitas vezes trabalham de forma quase tão artesanal quanto nas cenas de minha infância que relatei. Não precisamos levar para casa volumes para empacotar: nossos micros e a internet nos induzem a trabalhar nos fins de semana e

horas de 'lazer'. Cumprimos tarefas de revisão ou contabilidade, corremos atrás de pareceristas, de tradutores que trabalhem gratuitamente, gastamos horas preciosas de trabalho preenchendo formulários com pedidos de financiamentos que são sumariamente recusados.

Não foi por sentimentalismo ou por efeito de retórica que iniciiei mineiramente contando um caso: foi por estar convencida de que, apesar de toda parafernália tecnológica e informática, de todo o aparato burocrático de medição, controle e avaliação, ainda somos artesãos do conhecimento. Por um lado, que gostaria de ver superado, o somos porque lutamos de forma apaixonada, meio maluca, para que 'a revista' saia em dia, chegue à *SciELO*, chegue aos assinantes. Por outro lado – e oxalá pudéssemos preservar apenas esses sentidos do artesanato –, somos metuculosos leitores de artigos inéditos, mediadores de avaliações e reavaliações, cujo tempo nem sempre é o da produtividade e eficiência, porque é o tempo meditativo e não quantificável do trabalho intelectual.

Neste último fascículo de minha gestão como editora de EDUCAÇÃO E PESQUISA, tenho o orgulho de oferecer aos leitores uma seção Em Foco organizada por nossa ex-editora, Belmira Bueno, em parceria com Helena Chamliam, que trata das *histórias de vida e formação*. A elas, toda a equipe editorial agradece pelo trabalho intenso, tanto na organização do conjunto de textos quanto na tradução de quatro dos artigos, originalmente produzidos em francês. Nessa última tarefa, contamos também com a inestimável colaboração de Teresa Van Acker e Maria Carolina Nogueira Dias.

Antecedendo a essa seção, o fascículo está composto por outros seis artigos inéditos que, em sua diversidade temática e teórico-metodológica, são expressões da riqueza do debate no campo educacional. Márcia Ondina Vieira Ferreira, em “Somos todos trabalhadores em educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas”, discute as implicações do fenômeno da sindicalização docente sobre as identidades da categoria, atualizando e enriquecendo um debate que remonta aos anos de 1970, sobre a feminização e proletarização dos docentes, sobre sua definição como trabalhadores em Educação ou como profissionais.

Na seqüência, o artigo “Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método”, de autoria de Wivian Weller, apresenta a trajetória percorrida durante a fase de coleta e análise dos dados empíricos de uma pesquisa de campo realizada com jovens em São Paulo e em Berlim. Preocupada em explicitar e debater as escolhas metodológicas e teóricas, a autora expõe os instrumentos utilizados na coleta de dados e analisa o emprego dos grupos de discussão como um método de pesquisa que privilegia as interações e uma maior inserção do pesquisador no universo dos sujeitos.

Dois textos oferecem reflexões sobre o ensino de línguas e leitura. O primeiro, de Claudemir Belintane, contribui para o avanço de um debate sobre alfabetização que tem ganhado espaço na mídia brasileira e internacional, porém de forma polarizada e

quase sempre superficial. Tomando como ponto de partida esses confrontos entre os chamados *métodos e metodologias* e, como exemplo, um documento publicado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados – “Leitura e alfabetização no Brasil: uma busca para além da polarização” –, procura dar um passo adiante, debatendo a relação entre a produção científica no campo do ensino da leitura e da alfabetização e seus efeitos no ensino público.

“Leitura em língua estrangeira: entre o ensino médio e o vestibular” aborda um tema pouco presente nas publicações do campo educacional. Gretel Eres Fernández em co-autoria com Daniela S. Kawamoto Kanashiro comparam o papel da compreensão leitora em língua estrangeira (espanhol) nos cursos de idiomas, as concepções de leitura que subjazem em alguns documentos oficiais e as formas como essa compreensão em língua estrangeira é avaliada em alguns exames de vestibular, para revelar uma discrepância significativa entre esses três pontos de referência e, em seguida, propor questões.

Do Chile, onde em junho último milhares de estudantes secundaristas se puseram nas ruas em luta por uma educação pública de melhor qualidade, os colegas Miguel Bustamante U. e Sebastián Donoso D. trazem a avaliação de um programa voltado para a melhora da qualidade do ensino em escolas com resultados baixos em testes padronizados. Seu estudo – “Percepción de los docentes chilenos acerca del programa de escuelas focalizadas: elementos para el análisis de una política educativa de ‘acción positiva’” – é um bom exemplo de avaliação de resultados de políticas públicas, com foco sobre as percepções dos professores e a necessidade de nelas interferir para alcançar os objetivos propostos. Mais uma vez agradecemos à colega Gretel Eres Fernández pela revisão do original em espanhol.

Um raro relato reflexivo, misto de história, teorias e questões, é o que apresentam Lizandra Guedes e Adriana Depieri em “Educação e resistência: relato de experiência”, artigo construído a partir de um trabalho inovador desenvolvido desde 1997 de forma autônoma e autogestionada – o *Projeto Piá* –, que oferece gratuitamente a crianças de um bairro empobrecido do centro de São Paulo “uma educação voltada verdadeiramente para a formação de sujeitos”.

Finalmente, quero destacar que a publicação deste fascículo só foi possível graças ao apoio financeiro da direção da FEUSP, na figura da professora Sonia Theresinha Souza Penin, que tem sistematicamente destacado a importância de EDUCAÇÃO E PESQUISA para nossa faculdade assim como para o campo educacional no país.

Marília Pinto de Carvalho